

Opinião do GLOBO

Produtividade da Justiça deve levar a redução de gastos

Apesar de mais agilidade nos processos, Brasil ainda tem o Judiciário mais caro do mundo

As despesas do Judiciário no ano passado, o maior número da série histórica compilada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Afirma-se que o Brasil gastou com o Judiciário R\$ 132,8 bilhões, ou 85,4 bilhões de 2009. Os gastos cresceram atualmente a 2,2% do PIB ou 2,3% das despesas totais da União, dos estados e dos municípios. Não há justiça mais cara no mundo. O gasto da União com o Judiciário em 2010, em termos jurídicos supera o de outros 36 países analisados pelo Tesouro Nacional numa pesquisa publicada em janeiro.

Começa porção do PIB, é mais que o quadruplo do gasto com a educação. No Sul, Espanha, Alemanha, Portugal, Itália, Israel, Austrália, Tailândia, Áustria ou França.

No Judiciário, as despesas com pessoal são responsáveis por 90% do total. Nesse grupo estão os salários de magistrados, servidores, inativos, terceirizados, uma infinidade de auxílios, diárias, passagens ou gratificações. Somente em 2023 foram gastos R\$ 11,1 bilhões com o auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-imageminação para a imensa mal-

Apesar de ser um quadro conhecido, tramita no Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) restaurando reajustes automáticos a aposentados e pensionistas. A proposta, a PEC do Reajuste, já foi aprovada em primeira instância há 18 anos por boas razões. As duas categorias estão entre as mais bem remuneradas do serviço público. O reajuste automático, sem relação com o custo de vida, garante a elas o mesmo índice de crescimento que o governo. Este ano o impacto de R\$ 82 bilhões nas contas públicas em quatro anos. Em qualquer circunstância, a votação de uma PEC para realízar-se seria injustificável. E ainda mais agora, com o país enfrentando uma crise fiscal grave. A população brasileira não cresce na mesma proporção do gasto com a Justiça. Em 2009, ele era de R\$ 1,2 bilhão, segundo o CNI. Da para cá, subiu na maioria dos anos até chegar a R\$ 653,70.

É indubitável que a Justiça brasileira recebe um volume descomunal de processos, sobretudo em causas cíveis e trabalhistas, sobretudo na esfera estadual. Também é fato que a Con-

trabalho judicial, a falta de planejamento ou a falta de controle com o tempo, com a produtividade. Por fim, é notável que, com quase 84 milhões de processos em tramitação, o Judiciário tem o dobro um saldo na taxa desprezível de 6,9% na produtividade. Isso quer dizer que, em média, 30% dos processos são encerrados no ano em que são abertos. Os ganhos de produtividade não justificam a gastança. O ritmo de crescimento dos dados desde 2009 é superior ao do aumento da população.

A iniciativa do CNJ de publicar números anuais sobre o Judiciário é um passo indispensável. A maioria dos juizes são servidores comprometidos com o trabalho, honestos, diligentes e empenhados no trabalho. É importante que prossigam na conquista necessária de maior produtividade e agilidade. Mas é fundamental que essa produtividade também reverta em resultados para a sociedade, como a melhoria da organização do setor privado. Entre as medidas desejáveis estão o fim de regras, como férias de mais de 30 dias, folgas estendidas, auxílios e penduricheiros. Os ganhos de produtividade de maior nos processos deveria se refletir na redução do custo da Justiça.

A segurança pública é a campanha presidencial a ser realizada. O primeiro passo é decidir a encerrar a disputa aos aspectos espírios, pois os dois candidatos são os mesmos. O segundo passo é decidir a encerrar a disputa aos aspectos espírios, pois os dois candidatos são os mesmos. O terceiro passo é decidir a encerrar a disputa aos aspectos espírios, pois os dois candidatos são os mesmos.

Entre as duas temas centrais da agenda de 2026, e Lula parece decidir a direita bolsonarista por cima de um dos temas mais suscetíveis do eleitorado. Pisa em campo nos vetos presidenciais pelo Congresso a polarização em torno do acesso às dificuldades da esquerda (ganhar aderência entre os parlamentares na sociedade, pois o Parlamento é a arena que capta movimentos de manutenção de um voto de Jair Bolsonaro). Segurança Nacional que consolação em massa de notícias falsas e derrubada de outros vetos de Lula, e de vetos para visitar familiares para lá de ditadura, foi uma família governi.

Em, tem prevalecido a visão "linha de defesa" fortemente do discurso de Lula e de Bolsonaro. O discurso de Bolsonaro no mesmo dia da votação da portaria que estabelecia bases corporais pelos policiais.

Polícia desiste de Asumar para marcar a vitória da gestão Lessandro para a segurança da gestão da segurança da gestão dos dois nomes mais citados como Lula em 2026, o governador de

Artigos

[oglobo.globo.com/opinião/
cartas-ao-globo.html](http://oglobo.globo.com/opinião/cartas-ao-globo.html)

VERA
MAGALHÃES



Segurança no palanque de 2026

A segurança pública será um dos temas centrais da campanha presidencial de 2026, e Lula parece decidido a encantar a disputa com a direita bolsonarista por alguns aspectos espelhados de um dos temas mais suscitados pelos especialistas: o controle do eleitorado. Fica em camuflado, portanto, o que se tem em mente.

A sessão de votações dos sete presidentes pelo Congresso ontem encançou a polarização em torno do assunto. O debate sobre o controle do eleitorado, que se fez para fazer seu discurso quando aderência entre os parlamentares — e, portanto, na sociedade, pois o Parlamento nada mais é que uma antena que capta movimentos comuns — não foi o mesmo.

O contraste entre a manutenção de um veto de Jair Bolsonaro à nova Lei de Segurança Nacional que considerava crime a disseminação em massa de notícias falsas e a aprovação de uma lei que prevê a prisão de quem é a propósito da proibição da “aidinha” de presos para visitar famílias, ambos por placares para a governança, foi uma derrota acachapante para o governo.

Ficou claro, portanto, que, ali, quem se prevaleceu, foi “lula” da direita. E não se trata de um levantamento do discurso que o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, vem fazendo e fez questão de reforçar no mesmo dia da votação dos vetos, com a divulgação da portaria que estabelece a prisão de quem se dá a “aidinha”.

Não foi aleatória a escolha desse assunto para marcar uma das primeiras iniciativas da gestão Lewandowski à frente da pasta que também caminha em segurança. Tem sido uma das principais bandeiras da direita bolsonarista, a principal oponente de Lula em 2026, o governador de

Câmara do Rio nem deveria discutir proposta que legaliza ilegalidade futura

Regularizar projetos mediante taxa conhecida por 'mais valerá' é incentivo ao caos urbano e ao desrespeito à lei

plano de aprovar um novo Eixo Diretor com diretrizes para nortear o crescimento do Rio por dois anos, a Câmara Municipal carioca vota a debater um Projeto de Lei Complementar que prevê a regularização de construções irregulares com o pagamento de contrapartidas. A proposta beneficia não só o que foi construído violando a lei (mediante a taxa conhecida como "mais valia"), mas até ilegalidades futuras (pagando o valor na data da construção).

Além do desatino urbanístico, trata-se de incentivo evidente à ilegalidade.

O rol de irregularidades que poderia ser legalizadas inclui pavimento extra de cobertura, ampliação de área e potencial construtivo além do permitido, fechamentos habitacionais em edifícios, fechamento de varandas etc. Como o projeto permite legalizar o que ainda será construído, a Prefeitura passa a lucrarm com a desordem futura. A tentativa de aumentar a superfície a ser regularizada, portanto, a qualidade de vida na cidade. Os parâmetros estabelecidos pelo legisla-

dores levados em conta desde trânsito, infraestrutura, meio ambiente ou paisagem poderão ser desprezados se o proprietário ou construtor tiverem dinheiro para pagar pela legalidade. Para quem não tem, a situação é bem diferente.

"Muita falta e muita desigualdade nas aberturas do ponto de vista urbanístico. A mais valcária então é bizarra", diz presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU), Sydney Meneses. "Para a arrecadação de recursos, o urbanismo é um instrumento terrível." Costuma-se alegar que o objetivo dessas leis recorrentes é permitir legalizar construções sem necessidade de demolição. Mas a Prefeitura não parece preocupada com quem não tem dinheiro para pagar a legalização. "O dinheiro não é o problema. O problema é ter dinheiro para pagar a contrapartida... e sim com as incorporadoras que poderão construir além do permitido pagando pela legalidade de forma", "Por que não inclui tudo isso na lei de Zonamento? Não é isso que o doutor Duarte (Nepo), integrante da comissão especial que discutia a revisão

do Plano Diretor, "Crisis-se uma barreira, depois liberar-se pensando apenas na arrecadação. Mas valerá é um absurdo. Causa insegurança jurídica e atrapalha o planejamento da cidade".

Um dos muitos problemas do projeto de lei é a falta de clareza. O texto não há estimulado para o cidadão respeitar a lei. Ao contrário, a própria Prefeitura mostra que não há problema em desrespeitar as regras, pois cedo ou tarde é possível regularizar o caso pagando contrapartidas. De forma errática, o projeto prevê a possibilidade de o cidadão não pagar a multa e não comparecer ao júri de planejamento para ordenar a cidade.

A Câmara de Vereadores precisa barrar esse descabido. A cidade necessita de leis claras, duradouras e abrangentes, que priorizem a qualidade de vida. Não se pode fazer uma lei que seja apenas para quem pode pagar e outra para quem não pode. A Prefeitura, que deveria combater a desordem, é a primeira a abrir as portas à bagunça. Degradar a cidade assistindo irregularidades pelo lado da lei é uma atitude que não pode, sob o risco, o cidadão. E pior: para sempre.

da são poucos os que se apegam ao passado e se obrigam a ser oprimidos. O elemento que se encontra primordialmente ao obediência é o desejo de liberdade. O desejo de liberdade é o desejo de liberdade. O desejo de liberdade é o desejo de liberdade.

[illegible]

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Inácio Marinho

O GLOBO
#globoonline para o Globo 5/A

DIRETOR-GERAL: Frederico Zugliatti Kacir
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Driego
DE TORRES EXCELOS: Letícia Seabra (Coordenadora),
Alexsandro Adam, André Vianna da Fátima Barreto, Lúcia Baptista
e Paulo Carlos Pereira

EDITOR DO IMPRESSO: Niquey Cabral
EDITOR DE OPINÃO: Hélio Gornitzky

Rua Marquês de Pombal, 25 - Grande Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20250-200 - Tel: (21) 254-2000 Fax: (21) 254-5035

DE TOQUES

Profissão é Brasil: Thiago.Pedro@thiagopedro.com.br
Rafael Galati Galati: rafael.galati@iglobo.com.br
Econometria: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@iglobo.com.br
Mundo: Leda Batista - leda.batista@iglobo.com.br
Sociedade: Claudia Cien Lopes - claudia.cienlopes@iglobo.com.br
Segunda-Quinta-feira: Wiliane Batista - batista@iglobo.com.br
Experiment: Thales Machado - thales.machado@iglobo.com.br
Fotografia: André Sarmiento - asmiento@iglobo.com.br
Notas e redes sociais: Tatyana Batista - tatyana@iglobo.com.br
Assessoria: Gabriela Siqueira - gabi@iglobo.com.br
Assessoria: Quêzile Ribeiro - quize@iglobo.com.br

SUPLEMENTOS

Boa Noite: Marcelo Batista - batista@iglobo.com.br
Relatório: André Sarmiento - asmiento@iglobo.com.br
De 11 a 16: Carlos - carlos@iglobo.com.br
Bastante: Wilton Calmon Filho - wilton@iglobo.com.br

ATENÇÃO: NÃO ASSINANTE
 Vem porta doas nans com br ou pelos
 Telefonos: 4002-5300 (captaiz e grandes cidades)
 (800-0218433 (demais localidades)
 WhatsApp: 21 4002 5300
 Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
 com celbulo, telefonica e o carda de credito
 e o ditali automaticamente e carde comete
 com celbulo, telefonica e o carda de credito
 R\$ 14,90 (R\$ 14,90) e o carda de credito
 R\$ 14,90 (R\$ 14,90) e o carda de credito
 R\$ 14,90 (R\$ 14,90) e o carda de credito

NOBIS EM BANCIA
 12x (Vez R\$ 1,50) MGR ES: R\$ 6,00
 12x (Vez R\$ 1,50) MGR ES: R\$ 10,00
 taxa tributária aproximada de 20%

NOBIS dá até 30 dias antes de sua contratação para cancelamento de muitos produtos e serviços bancários. Descontamos também o custo de emissão de cartões de crédito, sem taxa.

Se não for O GLOBO não são pontos de venda, estamos para
atendimento@nobilis.com.br

NOBIS COM O GLOBO:
 12x (Vez R\$ 1,50) MGR ES: R\$ 6,00
 12x (Vez R\$ 1,50) MGR ES: R\$ 10,00
 taxa tributária aproximada de 20%

NOBIS E GLOBO DE NOTÍCIAS: Versão de 30 dias de graça!
 12x (Vez R\$ 1,50) MGR ES: R\$ 6,00
 12x (Vez R\$ 1,50) MGR ES: R\$ 10,00
 taxa tributária aproximada de 20%

DADÉ Noticias: (21) 34-4300-Clasificados:
 (34-437) Jornales de Diário: (21) 2514-4250.
 Religiosos e fincões: (21) 2514-4131.
 e recs fero de semana e feriados: (21) 2534-5500.



FSC
FORN SUSTENTÁVEL
 A melhor opção para o mundo.



Escaneie o QR code
 para saber mais sobre o FSC.



**CARBON
 FREE**
PAPEL



FSC
FORN SUSTENTÁVEL